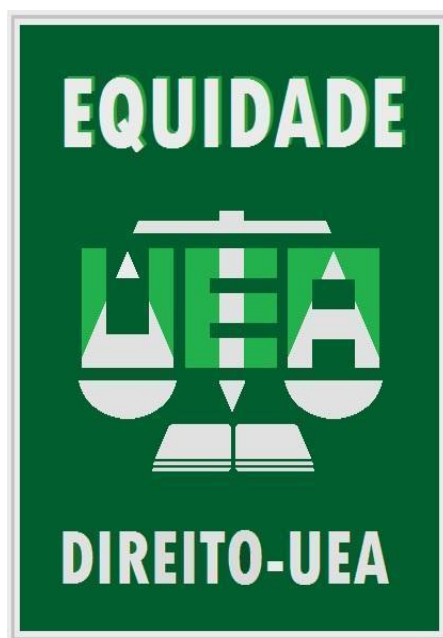




**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

**Revista Eletrônica de Direito da
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

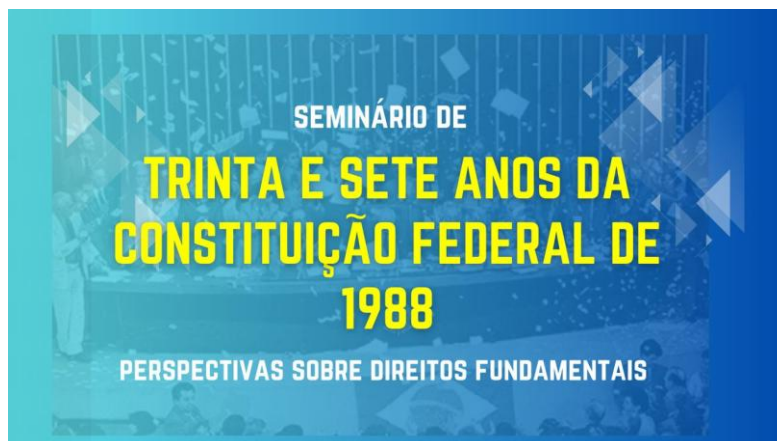
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto	Emilly Victória Batista do Santos
Rodrigues	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	João Victor Osvaldo Souza
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Adv. Katrine Castro Sarmento	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Lucia Helena Santana	Nilvana Linhares Fernandes
Ferreira	Nycolas Matos Carvalho
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo	Pedro Luís da Silva Teles
Lima	Rafael Mousinho do Amaral
Ana Clara Sarmento Cabral	Rebeca de Lima Nogueira
Andria da Costa Pereira	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Glaucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

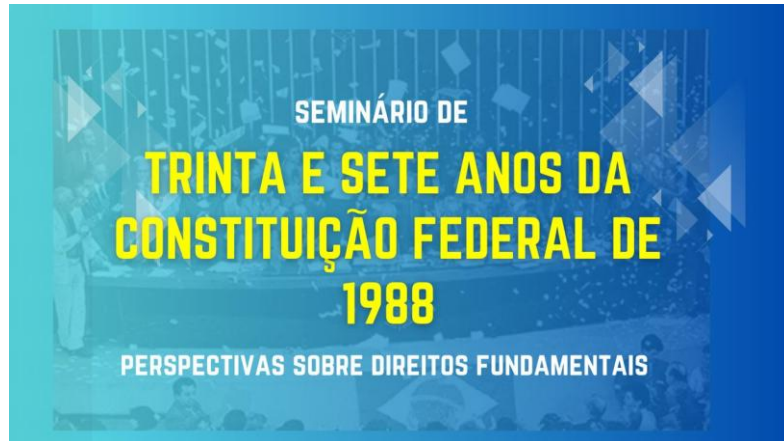
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

PANORAMA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA
SOCIO-ENVIRONMENTAL OVERVIEW IN THE AMAZON

William Wamberg Siqueira¹
João Paulo Ribeiro Da Silva²
Denison Melo de Aguiar³
Neuton Alves de Lima⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵

1. INTRODUÇÃO

A preservação da Amazônia constitui tema central nos debates contemporâneos sobre meio ambiente e direitos humanos, dada sua relevância ecológica, social e econômica para o Brasil e para o equilíbrio climático global., propõe-se uma análise jurídico-ambiental voltada à compreensão dos conflitos socioambientais que afetam o bioma amazônico, articulando a proteção da biodiversidade com a defesa dos direitos das populações tradicionais e povos indígenas.

¹Universidade do Estado do Amazonas, Graduando em Segurança Pública, wwwswamber@gmail.com: <https://lattes.cnpq.br/3422463531458235>.

²Universidade do Estado do Amazonas, Graduando em Segurança Pública, joaopaulorb2716@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/2848994271633516>.

³Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

2. JUSTIFICATIVA

O estudo da relação entre o panorama socioambiental e a insegurança na Amazônia justifica-se pela relevância estratégica da região para o Brasil e o mundo, pois a intensificação dos conflitos socioambientais e a fragilidade das políticas de fiscalização e proteção, coloca em risco o patrimônio natural e a integridade das populações locais.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Como os fatores socioeconômicos e as fragilidades de governança contribuem para o avanço do desmatamento e dos conflitos territoriais na Amazônia e de que modo o marco jurídico-ambiental brasileiro pode ser aplicado?

A degradação ambiental e os conflitos fundiários na Amazônia decorrem da expansão econômica desordenada e da deficiência de políticas públicas e fiscalização. Dessa forma, o fortalecimento de tais políticas é fator essencial para preservar a biodiversidade e assegurar os direitos das populações tradicionais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os fatores que impulsionam o desmatamento, a degradação ambiental e os conflitos territoriais na Amazônia, assim como, descrever os impactos socioeconômicos e culturais sofridos pelas populações tradicionais e pelos povos indígenas diante da expansão econômica e das fragilidades das políticas pública e, por conseguinte, discutir os principais desafios à efetividade das normas e políticas públicas, propondo a necessidade de governança ambiental integrada e eficaz.

3. PROBLEMA E HIPÓTESE

Como os fatores socioeconômicos e as fragilidades de governança contribuem para o avanço do desmatamento e dos conflitos territoriais na Amazônia e de que modo o marco jurídico-ambiental brasileiro pode ser aplicado?

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A degradação ambiental e os conflitos fundiários na Amazônia decorrem da expansão econômica desordenada e da deficiência de políticas públicas e fiscalização. Dessa forma, o fortalecimento de tais políticas é fator essencial para preservar a biodiversidade e assegurar os direitos das populações tradicionais.

4. METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada tanto em revisão bibliográfica quanto em análise documental, adequada à investigação dos mecanismos de solução de conflitos socioambientais no contexto da região amazônica.

5. RESULTADOS

A pesquisa evidenciou que a Amazônia configura-se como um dos mais importantes patrimônios ecológicos, culturais e econômicos mundiais, com papel central na regulação climática planeta e na manutenção da biodiversidade (Instituto Socioambiental, 2023). Entretanto, a região enfrenta desafios socioambientais, resultantes da combinação de pressões econômicas, transformações demográficas, fragilidades nas políticas públicas e mudanças nos padrões de uso do solo.

Entre 1985 e 2023, a Amazônia brasileira perdeu mais de 88 milhões de hectares de cobertura florestal, o que equivale a 12,5% de seu território original, intensificando ameaças à biodiversidade e à estabilidade de ecossistemas estratégicos, como florestas alagáveis e várzeas (Instituto Socioambiental, 2023). Em 2023, 3.500 hectares dessas áreas inundáveis foram suprimidos, reforçando a gravidade da fragmentação ambiental regional.

Os resultados revelaram que o avanço das fronteiras agrícolas, da pecuária extensiva e da mineração está associado ao aumento das taxas de desmatamento, à degradação dos solos e ao comprometimento da qualidade dos recursos hídricos (oeco.org.br, 2022). Além do mais, a exploração ilegal de madeira é vetor adicional de pressão, fomentando perda de cobertura vegetal e conflitos territoriais (Instituto Socioambiental, 2023).

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Além disso, as populações tradicionais e povos indígenas, historicamente responsáveis pela conservação de vastas áreas, sofrem impactos crescentes decorrentes da expansão econômica, bem como, da fragilidade dos mecanismos de proteção estatal, gerando insegurança alimentar, restrição de acesso a recursos ambientais essenciais e o aumento da exposição a doenças relacionadas a condições sanitárias precárias e poluição atmosférica, especialmente em períodos de queimadas (REPAM, 2025; Silva et al., 2024).

Os estudos mostraram que, enquanto metrópoles como Manaus experimentam crescimento urbano acelerado e pressões fundiárias, os quais são resultantes do turismo e da especulação imobiliária, comunidades ribeirinhas e indígenas, por outro turno, enfrentam vulnerabilidades históricas pactuadas pela ausência de serviços básicos, como saneamento, saúde e educação de qualidade (Fundo Amazônia, 2023).

Outro ponto importante a se frisar, são as vulnerabilidades socioeconômicas, as quais são potencializadas diante das desigualdades que resistem às sucessivas tentativas de transformação econômica regional. Ademais, a inserção da Amazônia em cadeias produtivas globais tem favorecido setores ligados ao desmatamento em detrimento de modelos sustentáveis, comprometendo a coesão social e os esforços de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas (oeco.org.br, 2022). Em consequência, os últimos anos, políticas públicas nacionais e instrumentos tecnológicos inovadores, como plataformas de monitoramento via inteligência artificial, a exemplo do PrevisIA, têm sido empregados para identificar e reduzir riscos de desmatamento (REPAM, 2025).

Dessa forma, verifica-se que o panorama socioambiental da Amazônia é multifacetado e desafiador, em que a preservação da floresta, a promoção da justiça social e o fortalecimento das populações tradicionais exigem articulação entre o Estado, a sociedade civil organizada e a comunidade internacional, visando superar barreiras históricas e construir alternativas comprometidas com a integridade ambiental, o respeito à diversidade cultural e o desenvolvimento socioeconômico equitativo (Instituto Socioambiental, 2023; oeco.org.br, 2022).

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Sendo assim, a pesquisa mostrou desafios persistentes à efetividade do marco jurídico, seja pela lentidão dos processos demarcatórios, pela sobreposição de competências administrativas ou pelo déficit de recursos para fiscalização. Esses obstáculos, certamente, resultam na vulnerabilização dos direitos das comunidades tradicionais e indígenas, além de comprometer a integridade ambiental diante da pressão de interesses econômicos. Dessa forma, o alinhamento entre os dispositivos legais existentes e a execução efetiva das políticas públicas é elemento crucial para a resolução dos conflitos socioambientais na Amazônia (CNJ, 2023; Sapientiae, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do panorama socioambiental da Amazônia evidencia a complexidade e a urgência dos desafios enfrentados pelo bioma. A perda acelerada de cobertura florestal, impulsionada pelo avanço de atividades econômicas predatórias, compromete a biodiversidade, o equilíbrio climático e os direitos fundamentais das populações tradicionais e povos indígenas. Assim, a proteção da Amazônia exige mais do que instrumentos legais, demandando implementação efetiva, fortalecimento das instituições e integração de políticas que conciliem desenvolvimento sustentável, justiça social e preservação ambiental. Somente com essa articulação será possível promover a integridade ecológica da floresta, a salvaguarda dos direitos humanos e o futuro das gerações presentes e vindouras.

REFERÊNCIAS

CNJ. **Conflitos socioambientais na Amazônia: panorama e desafios. 2023.** Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/06/sumario-conflitos-socio-ambientais-230623.pdf>>. Acesso em: 08 set. de 2025.

FUNDO AMAZÔNIA. **Formação socioambiental na Amazônia. 2023.** Disponível em: <<https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/UFPA-NAEA-Livro-03-Formacao-SocioambientalAmazonia.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2025.

IMAZON. **PrevisIA: inteligência artificial aponta áreas sob risco de desmatamento na Amazônia em 2025. 2024.** Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/previsia-inteligencia-artificial-aponta-65-mil->

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

km%C2%B2-c om-risco-de-desmatamento-na-amazonia-em-2025/>. Acesso em: 06 de set. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Amazônia sofreu uma perda de florestas quase equivalente ao tamanho da Venezuela entre 1985 e 2023.** Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/amazonia-sofreu-uma-perda-de-florestas-quase-equivalente-ao-tamanho-da>>. Acesso em: 05 set. 2025.

OECD - . **Amazônia socioambiental: análise das principais ameaças e desafios 2022.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/analises/26696-amazonia-socioambiental/>>. Acesso em: 05 de set. 2025.

REPAM – Rede Eclesial Pan-Amazônia **Cooperação multilateral para governança socioambiental na Amazônia em pauta durante COP30. 2025.** Disponível em: <<https://repam.org.br/cop30/2025/>>. Acesso em: 05 set. 2025

SAPIENTIAE. **Marco jurídico dos conflitos socioambientais na Amazônia. 2023.** Disponível em: <<https://www.sapientiae.com.br/index.php/librolegis/article/view/287>>. Acesso em: 10 de set. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: panorama socioambiental; desmatamento; Conflitos Socioambientais; marco jurídico Amazônia ambiental; Políticas públicas.

KEY WORDS: *socio-environmental panorama; deforestation; socio-environmental conflicts; Amazon environmental legal framework; public policies*